# Piso salarial de policiais poderá ser de 4 a 9 vezes maior que de professores

19-Fev-2010

Pela PEC 300, PMs ameaçam parar no dia 3

Estratégia dos policiais é mandar familiares para as portas dos quartéis. Eles impediriam a saída dos soldados

Policiais e bombeiros prometem marcha com 10 mil pessoas para pressionar pela aprovação da PEC 300

Edson Sardinha - Congresso em Foco

Policiais e bombeiros militares de todo o país ameaçam cruzar os braços no próximo dia 3 caso a Câmara não vote até o dia 2 a proposta de emenda constitucional que cria o piso salarial para a categoria. Proibidos pela Constituição de fazer greve, os militares apostam em uma estratégia alternativa para suspender seus trabalhos: promover o chamado aquartelamento.

“Os familiares irão para a porta dos quartéis e impedirão a saída dos militares, que não poderão fazer nada”, explica o deputado Capitão Assumpção (PSB-ES), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Policiais e Bombeiros Militares. “Isso não contraria a Constituição”, ressalta.

Representantes da categoria vão se reunir em Brasília, no próximo dia 2, para pressionar os deputados a aprovarem a PEC 300/08. A proposta estabelece o piso nacional para policiais e bombeiros militares e estipula que o salário inicial das categorias não poderá ser inferior ao valor recebido pelos colegas do Distrito Federal. Os sindicalistas ameaçam votar o indicativo de paralisação caso os líderes partidários não incluam a proposta na pauta do Plenário na primeira semana de março.

Mas a votação esbarra em dois obstáculos: a eventual intervenção no Distrito Federal e a falta de acordo sobre o texto a ser votado. “Não há acordo. Não abrimos mão de votar o texto aprovado na comissão especial”, diz Capitão Assumpção.

O texto ao qual o deputado se refere é o que fixa em R$ 4,5 mil o piso para praças e em R$ 9 mil o salário inicial de oficiais. A proposta enfrenta resistência dos governadores e dos líderes partidários na Câmara, que alegam que o texto é inconstitucional por criar despesas para os Executivos sem apontar receitas.

Em busca de um entendimento, o presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), propõe ajustes na redação, com a incorporção de dispositivos da PEC 446/09, que também estabelece piso para PMs e bombeiros, mas não estipula valor. O novo texto está sendo redigido pelo secretário-geral da Mesa, Mozart Vianna, e um grupo de deputados ligados aos militares.

De acordo com a proposta em negociação, o piso contemplará os policiais civis e será fixado em R$ 3,5 mil, valor admitido pelo governo federal. Caberá à União ajudar os estados que não tiverem condições de arcar com o salário inicial de PMs e bombeiros.

A proposta também beneficia os policiais civis e os pensionistas e prevê que o piso valerá assim que a PEC for promulgada. Os estados que não conseguirem arcar com o novo piso serão socorridos pelo governo federal. “Isso não existe. Querem diminuir em R$ 1 mil o piso da categoria. Não aceitamos votar outro piso que não seja o

de R$ 4,5 mil”,  afirma Capitão Assumpção.

Marcha

Representantes da categoria prometem fazer uma marcha com 10 mil  policiais e bombeiros na Esplanada dos Ministérios para pressionar os  líderes partidários e os integrantes da Mesa Diretora a votarem a PEC  300 na primeira semana de março. Cerca de 5 mil policiais lotaram as  galerias e os corredores da Câmara na abertura do ano legislativo para  pressionar a Casa a votar a PEC 300. Mas os líderes partidários  decidiram segurar a votação. A estratégia agora é intensificar o corpo a  corpo com os líderes e os integrantes da Mesa Diretora.

Conforme mostrou o Congresso em Foco, a tramitação  da PEC 300 corre o risco de parar no Congresso. Se for decretada a  intervenção federal no Distrito Federal, conforme pedido do  procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a votação de propostas de  emendas à Constituição ficará suspensa durante todo o período de  intervenção. A justificativa é que, para haver emendas à Constituição,  os poderes federativos precisam estar em livre funcionamento, o que não  ocorre em casos de intervenção.

O pedido de interferência no DF ainda será analisado pelo Supremo  Tribunal Federal (STF) e pelo presidente da República. A solicitação  precisa também ser apreciada pelo Congresso.